TESE DE DOUTORADO

A IRONIA NO DISCURSO PARLAMENTAR PORTUGUÊS: GRAUS DE IMPLICITAÇÃO, ÍNDICES LINGUÍSTICOS E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Ana Cristina Pereira Braz

ana.cristina.braz@gmail.com

Doutora em Estudos e Ciências da Língua Portuguesa, Brasileira e Lusófona Africana

Université Paris 8 – Vincennes - Saint Denis

Orientadora: Professora Dra. Maria Helena Araújo Carreira

Data da defesa: 21 de novembro de 2017

Palavras-chave: ironia, discurso parlamentar português, estratégias discursivas, argumentação, agressividade verbal.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o funcionamento discursivo da ironia no discurso parlamentar português. Partindo de uma análise semântico-pragmático-discursiva da ironia, procuramos estudar as suas especificidades num *corpus* de 75 Diários da Assembleia da República correspondentes às sessões plenárias realizadas entre 15 de setembro de 2010 e 19 de maio de 2011, durante a segunda sessão legislativa (2010-2011) da XIª legislatura (2009-2011). A escolha deste período político deve-se ao facto de coincidir com um momento particularmente conturbado a nível político, social e económico. O país atravessa então uma grave crise económico-financeira, responsável por uma instabilidade política que terá como consequência a demissão do Governo. Assim, formulámos a hipótese de que nesta fase bastante agitada a vários níveis, as

trocas verbais no Parlamento seriam fortemente marcadas pela polémica e pela agressividade verbal, constituindo a ironia uma das formas de expressão da divergência de opiniões e da agressividade.

Adotamos um quadro teórico interdisciplinar de modo a contemplar a multiplicidade de formas de expressão da ironia no nosso *corpus*. Recorremos, portanto, a conceitos operatórios oriundos nomeadamente: da teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969; 1979); das máximas conversacionais de Grice (1975); da perspectiva antifrástica da ironia (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980); das teorias da menção ecoica (SPERBER; WILSON, 1978), da polifonia linguística (DUCROT, 1984) e da cortesia verbal (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2005; 2010), assim como dos estudos sobre o discurso político (CHARAUDEAU, 2005) e sobre a argumentação (AMOSSY, 2000; PLANTIN, 1996; 2016).

A tese está organizada em três partes, cada uma das quais contendo dois capítulos. Na primeira parte, de cariz introdutório – "Discurso político, discurso parlamentar e ironia" – dedicamo-nos à caracterização do discurso político em geral e do discurso parlamentar português em particular, assim como à análise crítica de várias teorias, essencialmente linguísticas, sobre a ironia. No primeiro capítulo, intitulado "Géneros do discurso, discurso político, discurso parlamentar e ironia", descrevemos as propriedades do discurso político, assim como do discurso parlamentar a fim de compreender o funcionamento da ironia no género discursivo em questão. Começamos por analisar algumas propostas de classificação dos géneros e tipos discursivos ou textuais, caracterizamos o discurso político, explicitando as relações que estabelece com a retórica e com a ironia e focamo-nos sobre o discurso parlamentar português. Consideramos o discurso parlamentar como um género pertencente ao discurso político,

o qual se enquadra, por sua vez, no discurso público. Discurso político será qualquer discurso pronunciado por profissionais da política (Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministros, Deputados, etc.) num espaço institucional ou não, e no âmbito do exercício das suas funções. O discurso parlamentar português consubstancia-se em vários subgéneros que assumem, na sua maior parte, a forma do debate, orientado para o dissenso: o debate de interpelação ao Governo, o debate de urgência, o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, o debate sobre o estado da Nação, entre outros. Trata-se de um discurso muito formal e ritualizado, onde a luta pelo poder determina a natureza predominantemente agonal das trocas verbais. A ironia, enquanto mecanismo de desqualificação implícita do alocutário, permite conciliar o respeito pelos códigos de comportamento verbal impostos pelo Regimento da Assembleia da República e o propósito de descreditar o adversário político.

O segundo capítulo – "Os estudos sobre a ironia: estado da arte" – da primeira parte do nosso trabalho centra-se na análise crítica de algumas das principais teorias linguísticas (essencialmente) da ironia, cuja finalidade é avaliar o seu grau de aplicabilidade às diversas formas de expressão da ironia no nosso *corpus*. Verificamos, pois, em que medida essas propostas teóricas contribuem para a compreensão das especificidades da ironia no nosso *corpus*. Cada uma das propostas teóricas analisadas, incidindo em diferentes aspetos dos enunciados irónicos, contribui de forma complementar para a compreensão do fenómeno discursivo multiforme que é a ironia.

A segunda parte do presente trabalho – "Graus de implicitação e índices da ironia verbal" – é dedicada a uma análise minuciosa das diversas manifestações da ironia no nosso *corpus*, na qual aplicamos alguns dos conceitos teóricos expostos na primeira parte.

No primeiro capítulo, denominado "Os diferentes graus de implicitação da crítica irônica: da ironia prototípica à ironia explícita e a ironia de situação", estudamos os vários graus de implicitação da crítica irônica, a partir dos quais estabelecemos escalas de implicitação e de tipicidade dos enunciados irônicos que resultam na constituição de três grandes classes de ironia: a ironia prototípica ou antifrástica *stricto sensu*; a ironia antifrástica *lato sensu* e a ironia explícita ou "literal". A categorização dos exemplos (precisamente 647) de ironia recolhidos no nosso *corpus* permite uma melhor compreensão do funcionamento discursivo da ironia. A grande maioria dos exemplos (475, para sermos exatos) pertence à ironia prototípica. A ironia explícita é a menos frequente no *corpus*, representando apenas 2% das ocorrências de ironia encontradas. As propriedades comuns aos três tipos de ironia descritos são a existência de uma discordância entre o estado de coisas e as expectativas e a finalidade crítica da produção do enunciado. Podemos situar o grau de prototipicidade das três grandes classes de ironia num eixo contínuo que parte dos casos mais prototípicos, em que o grau de implicitação da crítica é bastante elevado (a ironia antifrástica em sentido estrito), passando pelos casos intermédios (a ironia antifrástica em sentido lato), cujo grau de implicitação é moderado, e termina nos casos marginais (a ironia explícita), em que o grau de implicitação é nulo.

O segundo capítulo da segunda parte do nosso trabalho – "Índices da ironia verbal" –, centra-se na identificação e no estudo dos índices da ironia verbal presentes nas produções orais dos parlamentares, assim como na sua versão escrita. Embora o nosso *corpus* de análise assente fundamentalmente na transcrição das intervenções orais nas reuniões plenárias, a importância dos índices não verbais e prosódicos da ironia merece que nos tenhamos detido um pouco neles. Por conseguinte, estudamos os índices mimogestuais, prosódicos e linguístico-discursivos (pontuação, léxico, expressões

idiomáticas e figuras do discurso) da ironia mais recorrentes, concluindo o capítulo pela análise das marcas de ironia.

Na terceira parte do nosso estudo – "Funções e estratégias discursivas da ironia" – debruçamo-nos sobre as funções discursivas da ironia e sobre as estratégias discursivas que presidem ao uso da ironia nas trocas verbais dos deputados e membros do Governo. No primeiro capítulo, designado "As funções discursivas da ironia", identificamos e analisamos as principais funções discursivas da ironia no género altamente confrontacional que é o discurso parlamentar. Examinamos também as relações que estabelecem entre si fenómenos contíguos da ironia, como o sarcasmo e o humor. A função depreciativa da ironia predomina nas interações verbais conflituosas próprias ao debate parlamentar. Quando atinge um alto grau de agressividade, a ironia aproxima-se do sarcasmo ("ironia sarcástica"), com o qual partilha o objetivo de denegrir e injuriar o alocutário. No seio da ironia depreciativa, encontramos vários graus de agressividade que dão conta da gradação de intensidade dos juízos de valor pejorativos. Em passagens menos conflituosas, ironia e humor surgem associados ("ironia humorística"), produzindo um efeito lúdico que alivia as tensões e suspende o registo sério dos debates.

O segundo capítulo da terceira parte do nosso trabalho – "As estratégias discursivas da ironia" – é dedicado ao estudo das principais estratégias discursivas que explicam o recurso frequente à ironia no discurso parlamentar português, assim como ao estudo das reações dos locutores à crítica irónica. Por conseguinte, estudamos o papel da cortesia verbal, da modalização discursiva e da polifonia linguístico-discursiva nas trocas verbais dos parlamentares, analisando ainda os efeitos que o enunciado irónico produz no alocutário, assim como as emoções que suscita. A ironia, através da formulação implícita da crítica, permite transmitir uma imagem negativa do alocutário e uma imagem

menos desfavorável do locutor, revelando-se simultaneamente uma estratégia de ataque e de proteção da face. A fim de observar as normas de cortesia que regem as interações verbais no Parlamento e para proteger a sua própria face, os locutores modalizam os seus discursos, atenuando a força ilocutória das asserções. A modalização do discurso favorece a aparente atenuação da crítica irónica, ocultando a sua intensidade e a consequente agressividade verbal. O discurso parlamentar português constrói-se, em grande parte, em diálogo com discursos anteriores – principalmente dos adversários políticos – que o locutor reproduz para exprimir a sua atitude enunciativa, frequentemente de contestação e de rejeição. As vozes e os pontos de vista em conflito encontram na ironia um dos seus meios de expressão. A ironia visa produzir frequentemente o efeito discursivo e interacional de desqualificar ou humilhar o adversário, prejudicando a sua imagem. Os efeitos perlocutórios da crítica irónica geram estados emocionais que se manifestam verbalmente, vocalmente (prosódia e riso) e de forma não verbal (gestos, mímica ou aplausos). As emoções do alvo da ironia justificam as suas reações que são tipicamente disfóricas.

A ironia – estratégia linguística de desvalorização implícita do adversário político, que se inscreve na argumentação do locutor – constitui uma das figuras de retórica de predileção dos parlamentares portugueses. Trata-se de um mecanismo discursivo de falsa atenuação da crítica, altamente produtivo, que permite prejudicar a imagem do alocutário, protegendo ao mesmo tempo a face do locutor. A ambiguidade interpretativa que a ironia promove dá ao locutor a possibilidade de recusar a responsabilidade da enunciação que lhe é atribuída. Pela expressão dos afetos, derivados da sua natureza avaliativa, a ironia participa consideravelmente na construção das emoções, permitindo observar as relações de influência mútua entre *ethos* e *pathos*: as imagens dos alocutários

suscitam emoções e as emoções experienciadas criam uma determinada imagem dos mesmos. Convencer os cidadãos a aderir aos pontos de vista partilhados pelo seu grupo político, recorrendo às imagens e às emoções é uma estratégia corrente em política que a ironia permite pôr em prática. Governo e Oposição utilizam as mesmas estratégias discursivas e argumentativas – às quais estão subordinadas as suas escolhas discursivas – dado que as finalidades são convergentes: descredibilizar o outro e autopromover-se. O recurso à ironia no discurso parlamentar português obedece, então, à necessidade vital de eliminar o adversário para a sua promoção política, mostrando-se a ironia como um incontestável meio linguístico de exercício de poder.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2012 (2000).
- AUSTIN, John L. *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil, 1970 (trad. fr. de *How to do things with words*, 1962).
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness. Some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. In: COLE, P., MORGAN, J. (eds.). *Syntax and semantics*, vol. III, Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'ironie comme trope. In: *Poétique: Revue de Théorie et d'Analyse Littéraires*. Paris: Seuil, n. 41, fevereiro 1980, p. 108-127.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Le discours en interaction*. Paris: Armand Colin, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'impolitesse en interaction: aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis Spécial* 2. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lexis/796>>. Acesso em: 17 ago. 2018 (2010). p. 35-60.

PLANTIN, Christian. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.

PLANTIN, Christian. *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction aux études d'argumentation*. Lyon: ENS éditions, 2016.

SEARLE, John. *Les actes de langage*. Paris: Hermann, 1972 (trad. fr. de *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, 1969).

SEARLE, John. *Sens et expression: études de théorie des actes de langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982 (trad. fr. de *Expression and meaning*, 1979).

SPERBER, Dan, WILSON, Deirdre. Les ironies comme mentions. In: *Poétique: Revue de Théorie et d'Analyse Littéraires*. Paris: Seuil, n. 36, 1978, p. 399-412.

Recebido em 29 de agosto de 2018.

Aceite em 21 de novembro de 2018.